

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução



Lula no depoimento a Moro na Lava Jato

No fim, Lula achou bom Moro não ser cassado

Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de tudo pelo que passou, tem um inimigo, seu nome é Sergio Moro (União-PR). Mas Lula é um político experimentado o suficiente para não agir nem pensar com o fígado. Nesse sentido, segundo interlocutores disseram ao Correio Político, ele, na verdade, ficou aliviado quando soube da decisão unânime do Tribunal Su-

perior Eleitoral (TSE) de negar a ação movida pelo PT e pelo PL e manter o mandato de senador de Moro. Porque é um problema a menos para Lula administrar agora. Tudo o que Lula agora não deseja é mais problemas. Ele já tem que administrar a relação difícil com o Congresso, a tragédia no Sul, a popularidade que não sobe, a economia. E as eleições municipais.

Eleição

Moro cassado seria mais um problema. Se isso acontecesse, haveria uma eleição extraordinária no Paraná para a escolha de um novo senador. Ajudando a nacionalizar e polarizar ainda mais a disputa política. O foco se voltaria para o Paraná, um estado hostil.

Emenda pior

Havia uma movimentação no sentido de lançar Michelle Bolsonaro para essa vaga de senadora no Paraná. Se Moro viesse a ser substituído pela mulher do ex-presidente, principal adversário político de Lula, a situação política no estado iria ficar ainda pior do que é hoje.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Michelle poderia vir a disputar a vaga de Moro.

Com Michelle senadora, novo fôlego para Bolsonaro

Como senadora, Michelle daria novo fôlego a Bolsonaro em um momento de baixa por conta dos diversos problemas na Justiça. Com o fôlego renovado, Bolsonaro poderia vir a ganhar mais possibilidades de reverter o jogo no futuro, com as mudanças na correlação de forças que acontecer no TSE com a saída de Alexan-

dre de Moraes. Bolsonaro tem um plano de tentar reverter no TSE a sua ilegibilidade. Em 2026, na próxima eleição, a Corte eleitoral será comandada pelos dois nomes que Bolsonaro indicou para o Supremo Tribunal Federal. Kássio Nunes Marques será o presidente, e André Mendonça será o vice. Um novo cenário.

Trégua

No caso específico de Moro, o senador acenou com uma trégua. Elogiou o Judiciário pela decisão e ainda disse que a polarização política tem sido um problema para o país e precisa ser superada por um tempo de maior racionalidade, para o bem de todos.

Disputa

No caso específico do Paraná, talvez houvesse ainda a necessidade de administrar uma disputa interna. Tanto a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, quando o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu, ambicionavam disputar a vaga de Moro na eleição extraordinária no Paraná.

Palatável

Pela quantidade de cambalhotas e circunvoluções políticas que Moro dá, ele não é também um nome confiável para a oposição. Já rompeu com Bolsonaro. Voltou depois. Saiu do Podemos. Foi para o União Brasil. No final, é mais fácil de lidar do que um total oposicionista.

Municipais

Já há todo um esforço imenso em torno das eleições municipais. Hoje, o panorama, pelo menos nas capitais, aponta para o aumento do número de prefeitos mais conservadores. Uma eleição extraordinária para senador só iria contribuir para nacionalizar mais a disputa.

Desoneração vai custar mais de R\$ 25 bilhões

Congresso deve debater projeto em junho, depois do feriado

Por Gabriela Gallo

Antes do Projeto de Lei (PL) nº 1.847/2024, que mantém a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores da economia e municípios, ser discutida no Congresso Nacional, a equipe econômica do governo federal precisa encontrar a fonte de compensação orçamentária para não descumprir com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a pasta anunciará um pacote de medidas no valor de R\$ 25,8 bilhões para compensar a desoneração.

O valor total da compensação foi anunciado pelo secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, na quarta-feira (22). Trata-se da soma do impacto da renúncia dos 17 setores e dos municípios com até 156 mil habitantes. Para atender à LRF, as medidas terão que ter efeito nos próximos sete meses até o fim deste ano. Na avaliação do governo, a Receita Federal precisa ser conservadora. “Estamos considerando R\$ 15,8 bilhões de frustração de receita com a desoneração dos 17 setores e até R\$ 10 bilhões para municípios”, disse Robinson Barreirinhas.

Prazo

O Supremo Tribunal Federal (STF) deu o prazo de 60 dias para a equipe econômica do governo federal confirmar as medidas e chegar a um acordo com o Congresso Nacional sobre a desoneração da folha. Se a medida não for cumprida dentro do prazo, o benefício fiscal deixa de valer e a desoneração



Lula Marques/ Agência Brasil

Haddad quebra a cabeça para compensar desoneração

será suspensa.

Apesar de não ter detalhado quais serão as medidas adotadas para arrecadar o valor necessário, Fernando Haddad descartou a possibilidade de incorporar a taxa de compras internacionais online de até US\$ 50. Ele declarou na terça-feira (21) que a medida não arrecadaria o suficiente para compensar o impacto do benefício para os 17 setores da economia, estimado em R\$ 7,2 bilhões somente em 2024.

Votação

Na quinta-feira (23), o autor do projeto sobre a desoneração, senador Efraim Filho (União Brasil-PB), informou que a expectativa é que a votação da medida aconteça em junho, depois do feriado nacional de Corpus Christi, em 30

de maio. A expectativa da data atende à condição do relator do projeto, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), em elaborar o relatório do texto apenas após receber do Ministério da Fazenda as ações de compensação orçamentária.

Segundo Efraim Filho, o foco será que o acordo sobre a desoneração englobe os 17 setores da economia e os municípios, pois os parlamentares exigem que as duas categorias tramitem juntas. “A previsão é que, na semana do dia 4 de junho, se tenha uma reunião de alinhamento de procedimento. Se estiver acordado o texto, estiver maduro, pode ser votado já na semana de 4 de junho”, disse Efraim Filho após a reunião de líderes do Senado.

Até o momento, o maior

embate envolve as alíquotas referentes aos municípios de até 156 mil habitantes. A certeza da medida é que serão desoneradas as folhas de pagamento dos 17 setores e a alíquota da folha dos municípios será reduzida de 20% para 8% em 2024. O projeto determina a reoneração gradual das folhas.

No caso das empresas, em 2025 passará a ser cobrado 5% sobre a folha e a contribuição sobre a receita bruta cairá para 80%. A partir de 2026 será 10% sobre a folha, com redução para 60% na contribuição sobre a receita bruta; em 2027 será 15% sobre a folha e a contribuição sobre a receita bruta cairá para 40% e, finalmente, em 2028 a desoneração chegará ao fim, voltando a cobrança de 20% sobre a folha de salários.

Valter Campanato/Agência Brasil



Lula aceita negociar tema com Lira

Lula e Lira tentam acordo para “imposto chinês”

Por Ana Paula Marques

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) quer tentar um acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o fim da isenção de impostos sobre as compras internacionais abaixo de US\$ 50 feitas por pessoas físicas. Lula já disse que deve vetar eventual decisão do Congresso Nacional de acabar com a isenção para compras no valor. Apesar disso, o presidente indicou que está disposto a “negociar”.

Segundo o presidente, não faz sentido taxar compras em menor valor. Pelas regras atuais do programa Remessa Conforme, compras internacionais de até US\$ 50 são isentas de imposto de importação — que seria de 60% de compras feitas em menor valor em sites como Shein, AliExpress e Shopee.

“A tendência é vetar, mas a tendência também pode ser negociar. Quem é que compra essas coisas? São mulheres, jovens, e tem muita bugiganga. Nem sei se essas bugigangas competem com as brasileiras”, disse Lula.

Jabuti

A taxa de compras internacionais, que ganhou o apelido de “imposto chinês”, pela origem dos produtos e de algumas dessas plataformas de compras no exterior, foi incluída em um trecho do Programa

Mobilidade Verde e Inovação, o Mover, que está sendo analisado pelos deputados. Trechos como esse, acrescentado algo em uma proposta à qual não está ligado diretamente, é chamado de “jabuti”. O plano era que o projeto fosse votado ontem, mas a votação acabou adiada.

Lira quer a taxa, mas enfrenta forte resistência tanto do governo quanto da oposição para aprovar na Casa a volta da taxa de importação para compras internacionais de até US\$ 50. A base governista e o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro já avisaram que votarão contra a medida, o que reduz drasticamente as chances de ela ser aprovada na Câmara.

Aceno

Lira tem defendido a medida como um aceno ao setor varejista brasileiro, que reclama de estar enfrentando uma concorrência injusta com empresas estrangeiras, sobretudo as chinesas que apresentam preços inferiores aos brasileiros. Em março, Lira participou de um jantar com empresários do varejo. Depois do evento, ele recebeu um pequeno grupo do setor na residência oficial.

Para o advogado especialista em direito tributário Gabriel Vieira, a possível taxa das compras internacionais em valores menores permitirá que as empresas brasileiras possam ter valores mais competitivos,

tornando-os justos para o mercado. Entretanto, “os consumidores perderão o seu poder de compra, uma vez que os produtos passariam a ser tributados”, explica.

É tudo o que o governo não quer por medo da reação da população menos favorecida do Brasil. O presidente chegou a até mesmo contrariar seu vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio (Mdic), Geraldo Alckmin (PSB), que também está defendendo a posição do varejo brasileiro. Lula avaliou que o fim da isenção para remessas internacionais só vai prejudicar “pessoas pobres”. Na visão do presidente, a classe média possui esse benefício porque tem condições de viajar para o exterior e fazer compras de produtos internacionais com isenção de imposto.

Para o especialista, Lula quer equilibrar essa situação, ou seja, “permitir que as pessoas continuem tendo o poder, ter preço mais acessível e, ao mesmo tempo, incentivar que os brasileiros comprem de empresas brasileiras nas mesmas condições”, disse. Por isso esta-

ria disposto a negociação.

Acordo

Lira pretende propor três alternativas de negociação com o governo. A primeira hipótese é que o cliente tenha isenção em apenas uma compra de até US\$ 50 dólares por ano. Na prática, significa que compras que ultrapassem o valor durante o período de 365 serão taxadas.

A segunda opção seria permitir duas compras por ano de até US\$ 50 sem tributos, uma por semestre. A terceira opção é acabar com a isenção gradualmente e voltar a cobrança de tributos ao longo dos anos, assim como deve ser feito com a reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia.

Ainda não existe uma movimentação do governo sobre como deve receber as propostas, mas até mesmo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diretamente ligado às questões das econômicas defende o fim da isenção. O ministro vinha se empenhando em coibir as fraudes nas importações dos itens por empresas como se fossem pessoas físicas.